

## O PT e os Sindicatos no Regime do Golpe

The PT and Unions in the Political Regime of the Coup

FELIPE GUARNIERI<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.23925/2764-8389.2022v1i1p149-169>

**RESUMO:** O presente artigo busca investigar a localização estratégica do Partido dos Trabalhadores, a partir da sua influência nos sindicatos, no regime político do golpe institucional consolidado em 2016. Marcado pelo conceito gramsciano de *crise orgânica* e seguido da ascensão de um governo de extrema direita comandado por Jair Bolsonaro. Para isso, a metodologia utilizada foi recuperar historicamente a estrutura sindical brasileira, em base a realização de uma revisão bibliográfica crítica e fundamentada nas elaborações teóricas de Leon Trotsky. Identifica-se, assim, o papel capitulador do stalinismo em sua aliança com a burguesia nacional até o golpe de 1964, e a não superação que representou a criação do PT nos anos de 1980 na perspectiva de uma política de independência da classe operária. Esse processo de institucionalização do partido, ao longo dos anos 90 como oposição, e de 2002 em diante como governo, aprofundou as contradições com sua base sindical e social. Uma tendência que como hipótese deverá seguir em desenvolvimento até as eleições de 2022, com a figura de Lula a frente, traçando um paralelo importante com o trabalhismo inglês de Tony Blair. No que diz respeito a aplicação de ajustes neoliberais, que no caso brasileiro significa reconquistar suas relações de confiança com o imperialismo norte americano, assumindo compromissos contrários aos interesses da classe trabalhadora numa época em que a luta de classes volta a ser um fator determinante da situação política internacional.

**PALAVRAS CHAVES:** Gramsci; Trotsky; PT; Sindicatos; Golpe.

**ABSTRACT:** This article seeks to investigate the strategic location of the Workers' Party (PT), based on its influence on the unions, in the political regime of the institutional coup consolidated in 2016. Marked by the Gramscian concept of *organic crisis* and followed by the rise of a far-right government led by Jair Bolsonaro. For this, the methodology used was to historically recover the Brazilian union structure, based on the realization of a critical bibliographic review based on the theoretical elaborations of Leon Trotsky. Thus, it identifies the capitulating role of Stalinism in its alliance with the national bourgeoisie until the coup of 1964, and the non-overcoming that represented the creation of the PT in the 1980s from the perspective of a policy of independence of the working class. This process of institutionalization of the party, throughout the 1990s as opposition, and from 2002 onwards as a government, deepened the contradictions with its union and social base. A trend that as a hypothesis should continue in development until the elections of 2022, with the figure of Lula ahead, drawing an important parallel with the English work of Tony Blair. With regard to the application of neoliberal adjustments, which in the Brazilian case means regaining its relations of trust with North American imperialism, assuming

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Formado no ano de 2020. Atualmente é mestrando- Bolsa Capes no programa de Ciências Sociais, na área da Ciência Política pela PUC-SP e operador de Transporte Metropolitano 2 na Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. Foi estagiário do CCSP em 2008 e do DIEESE em 2009. Com experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Ciência Política. E-mail: [fel.campos68@gmail.com](mailto:fel.campos68@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2453553252058555>. ID ORCID: 0000-0002-4906-5417.

commitments contrary to the interests of the working class at a time when class struggle is again a determining factor of the international political situation.

**KEYWORDS:** Gramsci; Trotsky; PT; Unions; Coup.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. Um breve histórico do regime sindical brasileiro; 3. A colaboração de classes do stalinismo nos sindicatos; 4. A intervenção da Ditadura Militar; 5. O sindicalismo “autêntico” de Lula na transição da Ditadura para a democracia burguesa; 6. O PT nos anos 90 e o PT no poder; 7. A quebra pela direita no regime sindical após o golpe institucional; 8. Para onde vai o PT?; 9. Considerações Finais; 10. Referências Bibliográficas. Anexo I – Lista de Siglas

## 1. Introdução

O objetivo desse artigo é debater como se desenvolveu a integração do PT ao regime político burguês no Brasil após o golpe institucional de 2016. Faz-se necessário para dar conta dessa reflexão estudar as atuais condições objetivas e subjetivas dos sindicatos, histórica base social petista. A influência nos sindicatos permitiu que o PT constituísse um projeto de país baseado em estabelecer um pacto social com a burguesia, apoiando-se no movimento operário para barganhar relações de governabilidade com o capital imperialista. Foi assim que o partido cumpriu um papel fundamental na transição “segura” da ditadura militar para a democracia burguesa, atuou dentro dos limites do regime como oposição aos governos Collor e FHC e administrou o estado em seus anos de governo.

O golpe de 2016 que teve como epicentro a operação Lava Jato e iniciou um processo de judicialização da política, com o STF à frente, atendeu os interesses imperialistas de acelerar a aplicação de ajustes neoliberais com o objetivo de atacar mais profundamente a classe trabalhadora. O PT representava naquele momento um relativo obstáculo, já que retardava uma necessidade imperativa da burguesia brasileira diante os desdobramentos da crise internacional do capitalismo. Apesar de nunca se contrapor aos ajustes neoliberais na economia e pavimentar durante anos o caminho da direita ao golpe com sua política de conciliação de classes, a morosidade desse processo incomodou diversos setores burgueses que deixaram de ser sustentação petista, aproveitaram as debilidades do Governo Dilma, e convergiram com o apoio do imperialismo na construção de uma relação de força institucional e social para a aprovação do impeachment em 2016.

Entretanto, essa empreitada golpista confluiu com uma etapa de crise orgânica aberta nas manifestações massivas de junho de 2013. Marcada por fissuras que se aprofundaram entre

as classes dominantes, um questionamento e uma crise de representatividade dos partidos tradicionais, maiores impactos da crise econômica e uma profunda polarização política e social. A combinação desses fatores somada a uma política de não resistência do PT ao golpe, particularmente com a CUT e o conjunto da burocracia sindical estabelecendo um freio as lutas do movimento operário durante o governo de transição de Michel Temer, permitiu a ascensão de setores da extrema direita organizada, capitaneada por Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

Nesse sentido, a decisão estratégica do PT foi de se distanciar da sua base social e privilegiar uma política de preservação do partido dentro desse regime do golpe, que afetou imensamente a estrutura sindical no país vigente desde o governo Vargas. Por isso, esse artigo nas suas duas primeiras sessões irá se debruçar em analisar historicamente a origem desse regime sindical, resultado da política de cooptação e tutela do Estado nos sindicatos, assim como a influência conquistada pelo stalinismo com o fortalecimento do PCB nas décadas de 50 e 60.

Sua integração completa ao regime sindical varguista e sua colaboração de classe com a burguesia nacional levou a derrota do movimento operário com o golpe militar de 1964. Os sindicatos sofreram uma intervenção direta da ditadura militar, e o movimento operário, com fluxos e afluxos, conseguiu se reorganizar no final da década de 70 com um novo ascenso operário, que resultou na criação do PT e da CUT em enfrentamento parcial com a estrutura sindical do regime militar. Esse processo será desenvolvido nos tópicos 4 e 5 desse artigo, demonstrando como a direção petista na figura de Lula, cumpriu um papel fundamental para a burguesia em desviar o ascenso operário, sufocando a possibilidade de uma revolução socialista, e canalizando para a via negociada e transicional junto aos militares para o regime democrático burguês.

Já na seção 6, “o PT nos anos 90 e o PT no poder” é possível identificar como o partido integrado ao regime político dominante, desempenhará um papel como oposição já comprometido com o neoliberalismo. Fator que vai se aprofundar ainda mais nos seus anos de governo, com seus compromissos com o capital financeiro, traduzidos na conhecida “Carta ao Povo Brasileiro” durante as eleições de 2002, que conduziram Lula ao poder.

Nos seus anos de governo Lula aumentou ainda mais a integração do aparato sindical com o regime, através das enormes quantias destinadas pelo imposto sindical, A burocracia sindical, por sua vez desempenhou um papel de manutenção da estabilidade e do pacto de paz social, que será quebrado durante as jornadas de junho de 2013, mesmo com o movimento operário não sendo protagonista das manifestações de rua que invadiram as principais capitais do país. Essa é a temática que será tratada no tópico 7, seguida justamente pela quebra dessa estrutura sindical promovida pelo golpe de 2016, com a aprovação da reforma trabalhista, o fim do imposto sindical e a reforma da previdência. Aumentando exploração do trabalho, com o desenfreado processo de flexibilização das leis trabalhistas e da terceirização. O PT para garantir sua preservação no regime, irá atuar para separar as ações do movimento operário, das questões democráticas levantadas pela juventude, as mulheres, os negros e os setores mais oprimidos, cada vez mais latentes com a consolidação do golpe. Temática que será investigada na seção 8 desse artigo.

Posteriormente, o tópico 9 é o levantamento das hipóteses estratégicas que constituem o objetivo central de todo esse debate. Busca, nesse sentido, considerar quais vias o PT vai optar como projeto de partido para responder ao bolsonarismo. Para isso, a análise vai se concentrar até a conclusão, na situação da luta de classe até 2022, e a possibilidade de novos fenômenos, que já surgem em vários países centrais como Estados Unidos e na França, mas também em países na vizinhos na América Latina como no Chile e no Paraguai. Esses fatores serão determinantes para os rumos do partido, se ele será útil para o imperialismo norte americano, agora com o Partido Democrata a frente da Casa Branca, e para os demais setores da burguesia nacional, para conter o avanço do movimento operário. Ou se numa situação de maior estabilidade política e social, o PT continuará aprofundando seu giro a direita, distanciando-se ainda mais da sua base social e sindical, traçando rumos paralelos ao *New Labour*<sup>2</sup> na Inglaterra, que influenciou uma guinada neoliberal em diversos partidos trabalhistas na Europa com a crise do Estado de Bem-estar Social.

---

<sup>2</sup> Traduzido em português “Novo Trabalhismo”. Corrente política do Partido Trabalhista inglês que absorve a defesa das pautas neoliberais nos anos 90, sob liderança de Tony Blair e Gordon Brown.

## 2. Um breve histórico do regime sindical brasileiro

O regime sindical sempre foi um fator determinante para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. Contrariando a historiografia que teoriza sobre a passividade da classe operária brasileira, as ações de coerção da burguesia contra o movimento operário nunca foram suficientes para a contenção e estabilização da luta de classes. Essas ações tiveram que ser combinadas com instrumentos de cooptação, e principalmente a construção de um regime sindical atrelado ao estado como pilar para sustentar o desenvolvimento desigual e combinado da indústria no capitalismo brasileiro.

Fundamentalmente, foi essa política levada a frente por Vargas para responder de forma estrutural a primeira onda grevista do movimento operário no início do século XX. Se por um lado, o economicismo dos anarquistas na direção do movimento operário nas duas primeiras décadas do século XX foi um limite para impor uma derrota ao estado burguês. Por outro lado, a ação repressiva da república velha à vanguarda operária e suas organizações políticas e sindicais, não impediram ações contundentes do movimento operário, como a primeira greve geral de 1917, e a criação do PCB em 1922.

O movimento operário, portanto, constituía-se como um obstáculo estratégico para a burguesia nacional estabelecer uma política de desenvolvimento industrial aliada aos interesses imperialistas. Trotsky, em 1938, caracterizava dessa forma o regime no Brasil nos seus *Escritos Latino-americanos* (TROTSKY, 2009):

Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e trabalha sob tutela direta, teremos um regime fascista como no Brasil, por exemplo. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade. (TROTSKY, 2009, p. 119)

Entretanto, o caráter bonapartista de direita do regime do Estado Novo (1937/1945) estabelecido por Vargas, não contou apenas com ações repressivas ao movimento operário. Diferente do período anterior e ameaçado pela situação de instabilidade promovida pela

eminência da segunda guerra mundial, Vargas foi além. Influenciado pela *Carta del Lavoro*<sup>3</sup> criou a CLT, regulamentando uma série de direitos conquistados pelo movimento operário através da luta de classes, ao passo que institucionalizou os sindicatos, através de uma relação de tutela com o estado capitalista, como tentativa de controle das greves e das organizações independentes do proletariado brasileiro (resignando essas a clandestinidade).

Constrói-se assim a estrutura de um regime sindical corporativo, através da unicidade sindical, em que o sistema jurídico do estado impõe limites a atuação sindical, por meio da abrangência territorial, segmentando a classe trabalhadora em categorias profissionais, e convenções coletivas (data-base), dentro de períodos diversificados, restringindo e dificultando ações unificadas da classe operária, como paralisações de solidariedade, ou principalmente a greve geral. A regulamentação dos sindicatos *tem como mecanismo principal a desorganização da luta sindical, em prol do controle superior do Estado* (BOITO JÚNIOR, 2006, s/p).

Combinado a isso, ocorre também o processo de cooptação das direções sindicais, materializado com a criação do imposto sindical, que estabelecia uma dependência financeira dos sindicatos com o estado burguês, limitando sua autonomia e independência, cristalizando assim o escopo de uma burocracia sindical. Mais uma vez as teses de Trotsky confirmam sua validade.

Por outro lado, os governos dos países atrasados, que consideram inevitável ou mais proveitoso marcharem lado a lado com o capital estrangeiro, destroem as organizações operárias e implantam um regime mais ou menos totalitário. De modo que a debilidade da burguesia nacional, a ausência de uma tradição de governo próprio, a pressão do capital estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado cortam pela raiz toda a possibilidade de um regime democrático estável. O governo dos países atrasados, ou seja, coloniais ou semicoloniais, assume, no seu conjunto, um caráter bonapartista ou semi-bonapartista. Diferem entre si porque enquanto alguns tratam de se orientar para a democracia, buscando o apoio de operários e camponeses, outros implantam uma rígida ditadura policial-militar. Isso determina também a sorte dos sindicatos: ou estão sob tutela do estado ou estão sujeitos a uma cruel perseguição. Essa tutela corresponde a duas tarefas antagônicas às quais o estado deve encarar: em primeiro lugar atrair a classe operária para assim ganhar um ponto de apoio para a resistência às pretensões excessivas por parte do imperialismo, e ao mesmo tempo, disciplinar os mesmos operários colocando-os sob o controle de uma burocracia. (TROTSKY *in* Os sindicatos na época de decadência imperialista, s/p)

---

<sup>3</sup> Documento do Partido Nacional Fascista de Mussolini, promulgado em abril de 1927, que aponta as diretrizes das relações de trabalho na Itália, baseado no corporativismo e no controle do Estado nos sindicatos.

### 3. A colaboração de classes do stalinismo nos sindicatos

O stalinismo brasileiro, apoiando-se no prestígio da revolução russa, assumiu uma localização política superior aos anarquistas no movimento operário, e legitimou profundamente essa estrutura criada por Vargas sob os interesses do imperialismo. Será condizente com a política de colaboração de Prestes com Vargas no *Queremismo*<sup>4</sup> em 1945. E o PCB mesmo na clandestinidade após 1947, seja no seu giro mais sectário ou oportunista, não renunciou à sua estratégia de conciliação e foi determinante para a estruturação do PTB de Getúlio, e posteriormente de Jango e Brizola, no interior do movimento sindical. A consolidação do que a direita golpista das décadas de 50 e 60 chamou de *República Sindicalista*<sup>5</sup>.

Logicamente, que essa *república sindicalista* estava longe de representar qualquer variante comunista, tratava-se mais de uma política de estado de uma determinada fração da burguesia nacional, que o stalinismo pecebista elegeu como aliada estratégica, contribuindo decisivamente para a derrota do movimento operário numa situação pre-revolucionária. O PCB respeitou integralmente, nos anos 50 e 60, o regime sindical, que foi determinante para a sua política de contenção da revolução Brasileira, sob diretrizes do PCUS e os acordos de colaboração com o imperialismo norte americano firmados em Yalta/ Potsdam<sup>6</sup>. Conforme Moisés Vinhas demonstra enunciando e resumindo as Teses do VI Congresso do Partido, publicadas no Jornal *Novos Rumos*, em sua edição de 27 de março a 2 de abril de 1964.

A coexistência pacífica é uma forma de luta de classes [...]. Os comunistas consideram como objetivo tático principal a conquista das reformas de base e do governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las [...]. Os comunistas devem realizar uma política de frente única com a burguesia nacional, fortalecendo o campo nacionalista e democrático, atraindo os setores neutros e vacilantes, para golpear decisivamente o adversário [...] (VINHAS, 1982, p. 194-195)

<sup>4</sup> Movimento de caráter nacionalista que se refere a política de “Queremos Vargas”, após a crise do regime de Estado Novo em 1945.

<sup>5</sup> Referia-se ideologicamente como “comunismo” para justificar suas reais intenções de conter a luta de classes pela aplicação do golpe militar, atacando as organizações operárias e impondo uma derrota estratégica para o movimento de massas.

<sup>6</sup> Pacto firmado no pós segunda guerra mundial entre as potências vencedoras, em particular EUA e URSS, baseado na relação de colaboração e competição, que marcou a nova ordem geopolítica mundial dividida em zonas de influência.

Sua localização junto ao PTB nos sindicatos, era a base para a conformação de uma frente nacionalista, que teorizava sob o caráter pacífico da revolução, como uma etapa necessária para o socialismo. O resultado disso foi uma traição construída pelo stalinismo, que sufocava e taxava como pequeno burguês e sectários os fenômenos de auto-organização operária nas bases das forças armadas, separando e dividindo o movimento operário e suas greves políticas nas principais capitais.

No campo, o partido na busca quase incansável de uma suposta burguesia nacional com aspirações democráticas e anti-imperialista, tinha como centro uma linha política institucional na criação de sindicatos agrícolas, chocando-se com as ações radicalizadas e o programa de reforma agrária *Na Lei ou na Marra* das Ligas Camponesas. Se por um lado, o PCB conseguiu que as greves de fato fossem gradativamente se transformando em pacíficos comícios pró Jango. Por outro, o poderio da classe operária impôs a greve geral de 1962 (a qual stalinistas e Jango não conseguiram conter, por mais que o desejassem), como também a criação do CGT, uma espécie de central sindical que unificava as categorias e se chocava com o regime de unicidade sindical vigente. Não por acaso, instituições patronais e golpistas como a FIESP se recusavam a negociar com os representantes do CGT.

#### **4. A intervenção da Ditadura Militar**

Mesmo o golpe militar, que tinha a classe operária como alvo, manteve as bases estruturais do regime sindical de Vargas. Ao contrário de pôr fim a esse regime, a Ditadura se apoiou nele, prendeu, torturou e assassinou diversos dirigentes operários e impôs uma ingerência superior do Estado, através do Ministério do Trabalho, destituindo diretorias eleitas pelos trabalhadores nos sindicatos. Ou seja, as direções eleitas dos sindicatos tinham que ser submetidas a aprovação do governo para que pudessem assumir a posse. Os sindicatos passaram por um processo de intervenção direta, o que levou a um processo de reorganização do movimento operário ao longo dos anos 60, a partir do ascenso internacional de 1968. A força dos movimentos de juventude no Brasil também ressoou em greves importantes no movimento operário como Osasco e Contagem, baseadas na auto-organização e que se enfrentaram diretamente com a estrutura sindical vigente. Tendo como símbolo o Ato do 1º de maio de 1968,



onde dirigentes pelegos do PCB e o governador da Ditadura Abreu Sodré foram expulsos por operários com paus e pedras do palanque construído na Praça da Sé.

Desse processo, surge uma importante vanguarda operária, que seria exposta nos anos de repressão dura do AI-5 a equivocada estratégia reformista de guerrilha por variantes do stalinismo e do maoísmo que se organizavam por fora do PCB (esfacelado após a derrota do golpe e institucionalizado no sindicalismo oficial da Ditadura). Outra parte dessa vanguarda participou posteriormente da organização da oposição metalúrgica em SP, sob forte influência da Pastoral operária, que se enfrentava com a direção pelega de Joaquinão<sup>7</sup>. Paralelamente, nas montadoras e automotivas do ABC, inicia-se um processo importante de recomposição da luta de classes, que se combinou com o aumento da carestia de vida e uma crise brutal das classes médias com o regime militar, potencializada com o ataque as liberdades democráticas.

## 5. O sindicalismo “autêntico” de Lula na transição da Ditadura para a democracia burguesa

A burguesia brasileira e alas do próprio regime militar tinham como principal preocupação uma abertura *lenta, gradual e segura* de transição da ditadura para a democracia, com consciência que as direções do sindicalismo oficial eram incapazes de controlar o movimento operário para esse objetivo, dentro de uma conjuntura convulsiva da luta de classes. Por isso, o regime permite a dissidência de uma ala dessa burocracia sindical. O sindicalismo “autêntico” de Lula e seus aliados, nascerá como uma variante do sindicalismo oficial no ABC.

Os então denominados “sindicalistas combativos”, dentre os quais se destacava a liderança sindical emergente do ABC paulista, nasceram dentro da estrutura sindical e não se propunham a romper com ela; os setores mais radicalizados das oposições sindicais, embora pleiteassem o fim da estrutura sindical, não lograram obter influência suficiente no movimento operário e sindical. Não havia força sindical representativa que colocasse como objetivo derrubar a estrutura sindical, mas havia sim um divórcio amplo e crítico entre a massa de trabalhadores em luta e os sindicatos oficiais burocratizados e controlados por pelegos. É por isso que podemos falar de uma conjuntura de instabilidade da estrutura sindical. Essa conjuntura foi uma oportunidade perdida pela direção do novo sindicalismo que surgiu no ABC. (BOITO JÚNIOR. 2012 s/p)

---

<sup>7</sup> Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinão”. Dirigente sindical por 22 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de SP.

Mais combativo no sentido de dar vazão as reivindicações operárias e se realocar no novo afluxo da luta de classes, que originará a criação da CUT e do PT, entretanto com uma direção burocrática, que neutralizava nos piquetes do ABC todo e qualquer processo de auto-organização operária. Além de atuar para separar as lutas econômicas da política, negando-se a unificar com a oposição metalúrgica em São Paulo.

Essa prática do chamado “sindicalismo autêntico” ainda que se enfrentava com medidas do regime militar, no cerne da estrutura respeitava os limites do regime sindicalista de Vargas. Foi essa localização que permitiu a direção lulista, sem contraposição ou alternativa da esquerda trotskista no interior do PT, a ser um protagonista relevante ao se apoiar no movimento operário para negociar a transição de regime. Não permitiu, assim, que a ditadura caísse pelas mãos da classe operária, mas sim fosse acordada com os setores liberais e progressistas da burguesia e com as distintas alas do regime militar, que levaram a constituição de 1988, a manutenção do regime sindical varguista e a aplicação da Lei Ampla de Anistia, a qual perdoava também torturadores e defensores do regime.

## 6. O PT nos anos 90 e o PT no poder

Como resultado da transição a direção lulista assume uma localização superior nos anos 90, a partir da inserção da CUT no movimento sindical. Será a plataforma de apoio do PT nos anos neoliberais de oposição burguesa ao governo de FHC. O PT assumiu uma retórica anti-neoliberal, combinada com uma prática capitalista e de conciliação de classes, que contraditoriamente ao passo que se institucionalizava dentro desse novo regime, também assumia pra si, em prefeituras ou em novas estruturas dentro do regime as medidas tardias do neoliberalismo brasileiro e da reestruturação produtiva. Já traía diretamente greves como a da Petrobras em 1995. Não é coincidência que Palloci será o idealizador da *Carta ao Povo Brasileiro*<sup>8</sup>, após ser pioneiro nas privatizações das companhias telefônicas nos anos de prefeito na cidade de Ribeirão Preto.

---

<sup>8</sup> Compromisso estabelecido por Lula enquanto candidato nas eleições de 2002 que assegura o respeito dos contratos com o capital financeiro.

A privatização da Ceterp começou durante a gestão do petista Antônio Palocci Filho na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Em julho de 1995, a Câmara aprovou um projeto do prefeito que previa a abertura do capital da empresa.

A venda efetiva das ações, no entanto, só aconteceu em janeiro do ano seguinte, quando os fundos de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Sistel (dos empregados da antiga Telebrás) e Telos (da Embratel) adquiriram 49% do capital da Ceterp. O presidente da empresa era o hoje secretário do Governo Donizeti Rosa (PT). Palocci fez um acordo de acionistas com os fundos de pensão e deu a eles poder de veto sobre as decisões da diretoria da Ceterp. Além disso, os fundos teriam direito à preferência na compra e na venda de novas ações da empresa. (FOLHA DE SÃO PAULO, Ribeirão Preto, 29/07/2011).

Ao garantir suas boas intenções para a burguesia brasileira, o PT se alça ao poder se assumindo uma postura passiva ao neoliberalismo, apoiando-se no regime sindical para implementar os ajustes necessários do imperialismo e dos setores do capital financeiro, com a criação de milhares de empregos precários através da terceirização e apoiando-se nos anos de crescimento econômico para conceder pequenas concessões e não perder seu apoio na base operária e popular.

O PT busca então construir um projeto de país, em que o regime sindical e a influência de Lula, conseguia não somente estabelecer uma política de aliança no parlamento com o PMDB e o fisiologismo partidário do “centrão”, como também estabelecia uma coalizão nos representantes da própria estrutura sindical. As mais distintas correntes da burocracia sindical convergem num único objetivo com o aumento da distribuição do imposto sindical para conservar seus privilégios, e passam a ser uma rígida base de apoio do lulismo, e consequentemente constroem anos de pacificação da luta de classes a frente dos gigantescos aparatos sindicais. Permitindo o aprofundamento de ataques importantes como a terceirização e a reforma da previdência de Lula, ao passo que concedia pequenos reajustes condicionados a inflação as categorias mais tradicionais e combativas para conter processos paredistas.

As contradições desse pacto começam a ser sentidas já no final do primeiro Governo Dilma, com a ascensão de uma nova onda de greves a partir de 2012. Nos anos de 2012 e 2013, o Brasil atinge um número recorde de greves operárias desde 1984, chegando a 2050 no ano (DIEESE, 2013). Essas greves foram marcadas em dois momentos, um primeiro momento de traços anti burocráticos, consideradas *selvagens*, como na construção civil em Jirau, ou em 2014

com os Rodoviários de Porto Alegre e os metroviários de SP, que protagonizaram fortes greves que se chocaram contra a política econômica voltada a Copa do Mundo. Porém essas assumiam também um limite econômico que predominou a maioria das greves por melhores condições de trabalho e por reajuste salarial até as manifestações das jornadas de junho de 2013.

Nesse segundo momento, as greves, combinadas com os protestos nas ruas que se iniciaram com a juventude contra o aumento da passagem em SP e nas principais capitais, adquiriram um caráter político, já que trouxe à tona não somente reivindicações econômicas, como também democráticas radicais ligadas aos direitos das mulheres, negros e lgbtqi+. Os protestos nas ruas assumiram uma espécie de revolta popular, que apesar de atingir também governadores do PSDB e da direita tradicional, quebraram o epicentro hegemônico dos governos petistas da década anterior. Diante disso, a reação defensiva da *intelligentsia* petista foi teorizar que junho de 2013 foi um movimento de direita, como tentativa de realocização institucional e negação do terreno da luta de classes frente a nova situação política.

As manifestações de 2013 foram feitas já fazendo parte do golpe contra o PT. Elas já foram articuladas para garantir o golpe. Elas não tinham reivindicações específicas. As manifestações começaram como parte do golpe, incentivadas pela mídia brasileira e incentivadas, acho que inclusive, de fora para dentro. Eu acho já que teve o braço dos Estados Unidos nas manifestações do Brasil. (LULA, 2019 *apud* CONGRESSO EM FOCO UOL)

O papel da burocracia sindical também foi extremamente cirúrgico ao isolar as lutas da juventude com o crescente aumento de greves nas fabricas. Desgastada, todavia com o agravamento da crise econômica e social, esse processo também marca a cisão da burocracia sindical no governo petista, já com a Força Sindical e UGT declarando apoio a Aécio Neves nas eleições de 2014.

## 7. A quebra pela direita no regime sindical após o golpe institucional

O impasse estratégico que prevaleceu em junho de 2013 dos setores a esquerda do PT permitiu a direita tradicional e a extrema direita se realocizarem no regime. Entretanto,

fissurado pela *crise orgânica*<sup>9</sup>. O aumento da insatisfação popular com o regime e a crise de representatividade das classes médias, de forma não canalizada racionalmente por uma esquerda revolucionária, abriu uma disputa de hegemonia burguesa que convergiram para o golpe institucional de 2016, mas que posteriormente não resolveram essa questão estratégica.

Se a burguesia e as instituições, como o STF e a Polícia Federal com a operação Lava Jato, conseguiram se aproveitar da quebra de hegemonia petista, para aplicar um golpe que acelerasse os ataques a classe trabalhadora, retirando a mediação de conciliação de classe petista. Por outro lado, de forma distorcida pela crise no regime político brasileiro, o resultado desse processo levou a ascensão de Bolsonaro e a extrema direita ao poder em 2018, através de eleições manipuladas com a prisão de Lula. O direito ao sufrágio universal foi atacado aprofundando a fissura da constituição burguesa de 1988.

A eleição de Bolsonaro só foi possível pela dinâmica de mudança do regime com o golpe institucional. Seja do ponto de vista estratégico do governo provisório de Temer conseguir aprovar a reforma trabalhista, mesmo em meio a uma conjuntura pré-revolucionária, aberta com as greves dos transportes em 2017 que se generalizaram em 2018, e que teve como desfecho um reacionário acordo com a burocracia sindical com Rodrigo Maia, cujo objetivo era manter o imposto sindical. Seja do ponto de vista do PT que aceitou o golpe pacificamente, decidindo não mover seu aparato para tentar resguardar sua localização novo regime. Mesmo sem concretizar o acordo com Maia no Congresso, a burocracia sindical desarticula em conjunto mais uma greve geral, conseguindo apenas um adiamento da reforma da previdência para após as eleições.

Na nota emitida pelas cinco centrais sindicais que cancelaram a greve geral (CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB) foi citada também “a luta por mudanças na Medida Provisória (MP) da Reforma Trabalhista, que está em análise no Congresso Nacional”.[...] Em novembro, Michel Temer assinou a MP que faz alterações na reforma trabalhista sem incluir menções ao financiamento sindical. O fim do imposto sindical foi um dos principais pontos debatidos. (THE INTERCEPT BRASIL, 2017)

---

<sup>9</sup> Conceito gramsciano que corresponde a ausência de hegemonia política para dirigir o Estado Capitalista, aprofundando no seu interior fissuras no regime, cisão entre as frações dominantes e um cenário de maior polarização política e social entre a burguesia e o proletariado.

Se a classe trabalhadora, pela disposição e força que possui conseguiu evitar uma derrota estratégica, apesar da política traidora do PT e da burocracia sindical, por outro lado não conseguiu evitar derrotas importantes que a consolidação do regime do golpe havia proporcionado a partir da eleição de Bolsonaro e a aprovação da reforma da previdência, também sob a traição da UGT com a conivência da CUT, CTB e Força Sindical. Estava destinado ao fim o regime sindical do período anterior, a burguesia com ajuda da burocracia sindical havia retirado as mediações que via como obstáculo para acelerar os ajustes neoliberais da economia e descarregar a crise nas costas da classe trabalhadora. Para isso, materialmente enfraqueceu decisivamente os sindicatos com o fim do imposto sindical, ainda que preservando alguns dos privilégios da burocracia por meio de decisões do STF, combinado com uma operação ideológica de fomentar na consciência de massas um sentimento anti-sindical que se confundia com o privilégio dos seus dirigentes.

O fim do imposto sindical aliado a reforma trabalhista e da previdência foi, portanto, uma quebra pela direita do regime sindical varguista, que determinou a abertura de uma situação reacionária no Governo Bolsonaro. Garantindo um refluxo importante da luta de classes, não somente pela ofensiva bolsonarista aos direitos democráticos e econômicos, mas também pela tentativa desesperadora do PT e da burocracia sindical garantirem sua preservação no regime.

## **8. Para onde vai o PT?**

O PT a partir desse momento sofre um segundo processo de institucionalização. Assim como o partido se institucionalizou com o novo regime de 1988, nos anos de oposição burguesa a FHC, o partido teve uma opção consciente desde o golpe institucional em não se apoiar no movimento de massas para oferecer qualquer tipo de resistência. Se por um lado, como demonstra nos escritos de Trotsky, o fascismo preservou historicamente a social democracia da liquidação, como uma variante de dominação burguesa sobre a classe operária, por outro podemos perceber que o PT buscou essa preservação dando garantias para a burguesia através da pacificação (tanto no Golpe quanto na prisão de Lula), como em relação ao se comprometer com ajustes e as reformas principalmente após a decisão do STF de suspeição do juiz Sérgio

Moro e da recuperação dos direitos políticos de Lula, tendo em vista as eleições de 2022. Isso explica a disposição a negociações e o diálogo aberto com os golpistas.

Em uma entrevista coletiva realizada na semana passada, o próprio ex-presidente disse que pretende manter conversas com as mais diversas forças políticas. Sai o termo "golpe" e entra a expressão "consertar esse país". "Eu vou conversar com todo mundo. Estou na fase de conversar com partido político, com movimentos sociais. Em algum momento, vou conversar com os empresários, com os intelectuais. Eu vou conversar com a sociedade brasileira porque consertar esse país não é tarefa de um partido político. É tarefa de muita gente", disse Lula ao ser questionado sobre as conversas com o MDB. (BBC BRASIL, São Paulo, 2021)

Lula aparece como figura mais sólida do bonapartismo institucional frente a Bolsonaro, principalmente após o aprofundamento da crise dos partidos da direita tradicional nas eleições municipais de 2020, e a lógica pragmática do "centrão" no Congresso Nacional que ainda mantém seu apoio relativo a Bolsonaro. A frente ampla petista tende ganhar mais confiança de Joe Biden e a Casa Branca, já que a chamada *Terceira Via* (cenário ideal para o imperialismo) permanece estagnada com a crise histórica do PSDB e a ausência de espaço político da direita tradicional, até mesmo com a figura de Moro.

Por isso, ao mesmo tempo a burguesia brasileira pressiona o PT para que ele seja uma espécie semelhante ao trabalhismo inglês de Tony Blair. O *Blairismo* representou fundamentalmente a guinada a centro-direita do partido trabalhista inglês, influenciando todos os partidos trabalhistas europeus e também da social-democracia, a se alinhar aos ajustes neoliberais no início dos anos 2000, com uma política de favorecimento do capital financeiro, ataques aos direitos históricos oriundos do estado de bem estar social após a segunda guerra, e um afastamento da sua base sindical a partir do abandono de uma série de reivindicações econômicas e trabalhistas.

Intenções do PT a responder esse sinal da burguesia não faltam, não somente pelos anos de governo que Lula desempenhou diante o capital financeiro, como também do relativo distanciamento que o partido vem assumindo da base sindical para atestar sua viabilidade eleitoral. A principal iniciativa da CUT no último período, não se deu apenas em aceitar os ataques, como buscou uma aliança junto a Força Sindical na indústria, criando o IndustriAll, uma espécie de rede internacional de sindicatos, com representação agora no Brasil, que abrange os sindicatos ligados a indústria da CUT e da Força Sindical. Longe de representar uma

alternativa a precarização do trabalho e a deterioração dos direitos trabalhistas, o IndustriAll representa uma espécie de plataforma nacional desenvolvimentista no movimento sindical, como instrumento de colaboração a patronal para recuperar o avanço industrial debilitado no último período. Essa movimentação sindical, corresponde as declarações recentes de dirigentes da Força Sindical, que apontam Lula como principal candidato frente a Bolsonaro, se ele até lá mantiver seus direitos políticos.

São sinais correspondentes também ao que se expressam na superestrutura política, com a tentativa desses setores da burocracia sindical, incluindo a própria CTB do PC do B, a pavimentar o caminho para um novo pacto social burguês, a partir da ida da Alckmin ao PSB e a consolidação da vice candidatura na chapa de unidade nacional e frente ampla para 2022 contra Bolsonaro. Esse cenário aponta para uma solidez mais robusta da candidatura de Lula para 2022 atrelada ao capital financeiro e imperialista, com o compromisso de manter a estrutura dos ataques aprovados no Governo Temer e Bolsonaro, e prevendo novos ajustes negociados com a burocracia sindical. Legitimados, inclusive, com um verniz mais crítico pelo próprio PSOL, e sua recente federação partidária aprovada com a REDE.

Essa dinâmica não se desenvolverá sem contradições importantes num ano marcado pela conjuntura eleitoral. A primeira do ponto de vista econômico e político, com a recuperação de popularidade de Bolsonaro através da aplicação de programas assistencialistas combinado com a crise da terceira via burguesa e a maior polarização com Lula. Acompanhada do peso do agronegócio na economia brasileira, e como esse é uma fração da burguesia que permanece alinhada ao bolsonarismo, apesar de toda a disputa ideológica com a China. O setor do agronegócio foi um dos únicos que permaneceu crescendo e obtendo safras recordes mesmo durante a pandemia, em detrimento da indústria que segue em baixa, abaixo do setor de serviços.

A segunda contradição se dá justamente no âmbito social, pois a própria recuperação do trabalhismo europeu, se dá por fora do chamado *New Labour*, corrente da direita trabalhista que em 2019 rompeu com o partido trabalhista, seguindo as diretrizes de Tony Blair, buscando uma aliança com a direita tradicional e os conservadores em torno da permanência da Inglaterra na União Europeia e contra o Brexit. Sob a liderança de Jeremy Corbyn (2015-2020), o



trabalhismo inglês se realizou principalmente na juventude, e voltou a fortalecer a sua relação política com a sua base sindical.

“Antes da chegada de Corbyn”, diz Mayer, “muitos sindicatos se perguntavam se deveriam se desfiliar. Os empregados perguntavam aos líderes sindicais: ‘Por que vocês ficam no Partido Trabalhista se não conseguem nada?’. Mas realmente não tínhamos escolha. As outras formações de esquerda, como o Partido Comunista, são tão fracas que não têm nenhuma chance de ganhar uma eleição. Então ficamos.” Embora não formem um bloco homogêneo, os batalhões sindicais estão ativamente comprometidos com Corbyn. Na sede londrina da Unite, o maior sindicato britânico, que tem 1,4 milhão de membros, Andrew Murray, chefe de gabinete do secretário-geral, explica que sua organização “tem hoje uma relação particularmente forte com Jeremy Corbyn” e destaca: “Uma relação política”. (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Reino Unido- 2018)

Surge, nesse sentido, outro agravante da situação objetiva do movimento operário. Afinal, como pode ser Lula e o PT preservados como variante de dominação burguesa dentro do regime do golpe, ao mesmo tempo que permanece o esfacelamento do regime sindical varguista? O próprio partido estaria disposto a se distanciar mais da sua base sindical? São fissuras que somente a dinâmica da luta de classes como fator determinante da relação de forças podem estabelecer. Se compararmos ao nível de subjetividade presente atualmente poderia se considerar essa uma hipótese viável de projeto de partido petista para o próximo período, e sem dúvida é algo que devemos considerar. Ainda que, não devemos descartar também um outro cenário de retorno de Lula ao poder acompanhado pela recomposição do regime sindical, com um novo fortalecimento dos sindicatos e da burocracia sindical, entretanto dentro de um pacto social mais débil pelo agravamento da crise econômica.

## 9. Considerações Finais

Além da dinâmica do movimento sindical, deve-se levar em consideração a dinâmica de viragens mais bruscas da realidade, em especial relacionada ao fator da luta de classes. Isso significa no movimento operário identificar justamente o elo débil hoje que a burguesia possui em relação aos sindicatos. Porque, se é verdade que os sindicatos se enfraqueceram pela direita, como forma de acelerar os ajustes, também o é o fato de que eles também se enfraqueceram como mediações de controle, e permite assim que processos de lutas de classes possam se dar a revelia da burocracia sindical, ainda mais tendo em vista a crescente precarização do trabalho,

desemprego no Brasil da pandemia. A recuperação parcial da economia, prevista com o avançar das vacinas ainda é relativa, mas também pode impactar muito os setores tradicionais da classe operária.

Neste ponto, trata-se de uma análise não somente nacional, mas principalmente da etapa internacional que recoloca a luta de classes no epicentro dos países imperialistas e, conseqüentemente, os respectivos desdobramentos que impactam os países periféricos. São fatores da realidade geopolítica e econômica, que do ponto de vista marxista são determinantes para embaralhar as cartas do jogo. Processos profundos como a rebelião dos coletes amarelos na França, as convulsões sociais contra o racismo do *Black Lives Matter* nos EUA, acompanhadas de um nível histórico de greves, são sintomas das relações débeis do imperialismo, que explicam a derrota de Trump, e também em particular na América Latina, já começam a ser sentidas, em países como Chile e Paraguai.

Construir bastiões da esquerda revolucionária, que a possibilite emergir como uma alternativa viável ao movimento de massas segue sendo o maior desafio diante a essa etapa. Essa predominância estratégica, em não ceder a uma visão objetivista ou subjetivista da classe operária, é uma tarefa preparatória fundamental na atual conjuntura, ainda que pese todos os elementos da situação reacionária, e das mediações reformistas que se fortalecem. Mesmo em situações reacionárias, o aprofundamento da crise orgânica abre janelas de oportunidades para a construção de partidos revolucionários, no Brasil em vários países do mundo, capazes de fazer a diferença quando essas oportunidades surgirem. Os inimigos da classe operária e os oportunistas querem fechar essas janelas com a justificativa de que o vento que irá entrar é muito forte. O vento da luta de classes se transformar em tempestade é fundamental para a construção do futuro comunista da humanidade.

## 10. Referências Bibliográficas

BBC BRASIL. **A estratégia de Lula na busca por apoio de políticos que apoiaram o impeachment de Dilma.** São Paulo, 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58892240>. Acesso em 17/04/2022.

BOITO JÚNIOR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil- Uma análise crítica da estrutura sindical.** Campinas, edição do IFCH, Unicamp 2006.

BOITO JÚNIOR, Armando. **A situação do sindicalismo no Brasil. Entrevista com Armando Boito Júnior.** Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/515628-a-situacao-do-sindicalismo-no-brasil-entrevista-com-armando-boito-junior>. Acesso em 16/04/2022.

CARONE, Edgar. **O PCB 1943-1964.** V. 2. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

CONGRESSO EM FOCO UOL. **Vice-Presidente do PT compara 2013 com marchas pró-ditadura.** Brasil, 2019. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/vice-presidente-do-pt-compara-2013-com-marchas-pro-ditadura/>. Acesso em 15/04/2022.

DIEESE. **Balanco das Greves em 2013** in Estudos e Pesquisas nº 79, Dezembro de 2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>. Acesso em 03/10/2021.

DIEESE. **História do movimento sindical no Brasil: a ditadura civil-militar e o movimento sindical 1964-1985.** 2020. Curso de Extensão em EaD. Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, São Paulo, 2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Privatização começou com Palloci.** Ribeirão Preto, 29/07/2001. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri2907200107.htm>. Acesso em 17/04/2022.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **O renascimento do Partido Trabalhista no Reino Unido**. Reino Unido, 2018. Disponível em <https://diplomatie.org.br/o-renascimento-do-partido-trabalhista-no-reino-unido/>. Acesso em 17/04/2022.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

THE INTERCEPT\_ BRASIL. **Afinal de contas, o que aconteceu com a greve geral contra a reforma da previdência?** Dezembro de 2017. Disponível em <https://theintercept.com/2017/12/05/afinal-de-contas-o-que-aconteceu-com-a-greve-geral-contr-a-reforma-da-previdencia/>. Acesso em 17/04/2022.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo. Brasiliense, 1994.

TROTSKY, Leon. **Escritos Latino-Americanos**. São Paulo: Edições Iskra, 2009.

TROTSKY, Leon. **Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>. Acesso em 02/05/2021.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974**. São Paulo. Hucitec, 1982.

## ANEXO I - LISTA DE SIGLAS

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano
AI-5	Ato Institucional número 5
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas

CTB	Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPL	Partido Pátria Livre
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
UGT	União Geral dos Trabalhadores

**DATA DE SUBMISSÃO: 2021-11-30**

**DATA DE APROVAÇÃO: 2022-07-28**



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-  
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.